



PROCESSO Nº 25351.357197/2015-96

**CONTRATO Nº 15/2016, QUE ENTRE SI
CELEBRAM A AGÊNCIA NACIONAL DE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA, E A
SOLUTION LOGÍSTICA E EVENTOS EIRELI,
PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS E
CORRELATOS.**

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de julho do ano de 2016, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, de um lado, a **AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA**, autarquia sob regime especial criada pela Lei n.º 9.782, de 26/01/99, publicada no Diário Oficial da União de 27/01/99, vinculada ao Ministério da Saúde, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.112.386/0001-11, localizada no SIA Trecho 5, Área Especial 57, CEP: 71.205-050, Brasília, Distrito Federal, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu Gerente-Geral de Gestão Administrativa e Financeira, **ROMISON RODRIGUES MOTA**, portador da Carteira de Identidade n.º 3.839.893 - DF, inscrito no CPF/MF sob o n.º 617.379.411-04, nomeado pela Portaria n.º 584, de 15 de maio de 2015, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2015 e com poderes delegados pela Portaria n.º 1.744 de 18 de novembro de 2011, e de outro lado a sociedade empresária **SOLUTION LOGÍSTICA E EVENTOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob n.º 12.941.636/0001-17, com Sede no SIA Trecho 03, Lotes 1310/20, sala 202, Brasília/DF, CEP n.º 71.200-032 neste ato representada pela Senhora **MARIA CÉLIA LIMA PAIVA FIGUEIREDO**, portadora da Carteira de Identidade n.º 1.557.390 SSP-DF, inscrita no CPF sob o n.º 296.319.801-97, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar este contrato, referente ao **Pregão Eletrônico nº 11/2016**, realizado com fundamento na Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 3.555/2000, e suas alterações, do Decreto nº 5.450/2005, Instrução Normativa nº 02/2008-SLTI/MPOG, e alterações, Instrução Normativa nº 01/2010- SLTI/MPOG, a Lei Complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e demais condições previstas no Edital, sujeitando-se as normas desse diploma legal e demais normas que regulam a matéria, as quais as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Prestação de serviços de organização de eventos e correlatos, a serem executados de forma contínua, sob demanda, em todo território nacional, abrangendo planejamento operacional, organização, execução, acompanhamento e fornecimento de bens, infraestrutura e apoio logístico, independentemente da prestação de serviços concomitantes, em regime de empreitada por preço unitário, conforme especificações constantes do Termo de Referência, anexo ao Edital.

Itens	Descrição	Valor Total Anual (R\$)
01	Organização de eventos e correlatos com capacidade de 1 (uma) a 150 (cento e cinquenta) pessoas, a serem executados de forma contínua pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, sob demanda, em todo território nacional.	785.083,00
03	Organização de eventos e correlatos com capacidade para acima de 250 (duzentos e cinquenta) pessoas, a serem executados de forma contínua pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, sob demanda, em todo território nacional.	723.980,80
TOTAL GERAL		1.509.063,80

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1. Este contrato guarda consonância com as normas contidas no preâmbulo, vinculando-se, ainda, ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 11/2016** e seus Anexos, à Proposta de Preços da CONTRATADA, à Nota de Empenho e demais documentos que compõem o **Processo nº 25351.357197/2015-96** que, independentemente de transcrição, são parte integrante e complementar deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A execução dos serviços proceder-se-á conforme conceitos, definições e descrição da execução dos serviços constantes do Edital, que é o instrumento que fixa as condições que disciplinarão o desenvolvimento da contratação e execução dos serviços, devendo ser seguido em todas as suas disposições que não conflitem com este contrato.

3.2. A prestação dos serviços compreende:

3.2.1. Elaboração de projeto de eventos, contendo um detalhado plano de trabalho;

3.2.2. Realização de eventos nacionais de natureza institucional, técnica e científica;

3.2.3. Assessoria nas atividades de cerimonial;

3.2.4. Documentação de eventos, compreendendo o planejamento executivo, a supervisão, organização, cobertura e documentação fotográfica, gravações, filmagens e edição de som e imagem;

3.2.5. Elaboração de produtos, tais como relatórios, consolidação e tabulação de avaliações, sumários executivos, atas, anais, vídeos e publicações;

3.2.6. Concepção, confecção, montagem e transporte de materiais e de publicações para eventos;



- 3.2.7.** Organização, captação, produção, geração e transmissão de eventos nacionais e internacionais, teleconferências com uso de TV Executiva, Internet e outros meios eletrônicos;
- 3.2.8.** Execução, supervisão e monitoramento dos serviços de multi-endereçamento de mensagens, correspondências e material institucional, compreendendo as ações de expedição e/ou transmissão, nacional e internacional, por meio de postagem (com e sem protocolo), por correio eletrônico, apresentação de relatórios contendo as listagens de emissão, acompanhadas das respectivas confirmações de recebimento.
- 3.3.** As demais especificações e detalhamentos estão presentes no Edital e Termo de referência, devendo ser fielmente observadas pela CONTRATADA.
- 3.4.** No preço dos serviços, deverá estar incluso o custo dos encargos sociais e de impostos incidentes sobre os mesmos.
- 3.5.** Os serviços serão requisitados à CONTRATADA mediante Ordem de Serviço (OS) emitida por representante da CONTRATANTE, que deverá retornar com o (os) orçamento(s) em no máximo 48 horas, nos termos e modelos determinados pelo edital.
- 3.5.1.** A Ordem de Serviço (OS) deverá especificar o evento, local e data de realização, e respectivos itens a serem contratados;
- 3.5.2.** A Ordem de Serviço (OS) deverá ser entregue à CONTRATADA, com antecedência mínima de 72 horas antes da realização do evento;
- 3.5.3.** Após a emissão de Ordem de Serviço (OS), a CONTRATANTE deverá emitir Nota de Empenho para cada evento programado. A partir do recebimento da Nota de Empenho estabelece-se a obrigação de início da prestação dos serviços pela CONTRATADA.
- 3.6.** A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada sem que tenha sido previamente autorizada e empenhada.
- 3.7.** A CONTRATADA assume a responsabilidade por todos os documentos, laudos e vistorias bem como emissão de alvarás de funcionamento provisório, junto aos órgãos competentes nos estados, municípios e no Distrito Federal, que permitam a devida instalação, montagem, desmontagem de estruturas e equipamentos, de acordo com a legislação vigente em cada uma das localidades, inclusive dos espaços públicos e tombados pelo patrimônio, providenciando o devido pagamento de taxas e impostos, conforme o caso, ainda que os espaços não tenham sido locados pela contratada.
- 3.8.** A CONTRATANTE poderá cancelar as Ordens de Serviço a qualquer momento, desde que respeitada a antecedência mínima de 24 horas, sendo nesta hipótese, ressalvado o direito da CONTRATADA de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento da obrigação assumida, mediante comprovação inequívoca do gasto por ela realizado por meio de contratos assinados e Notas Fiscais, exceto nos casos de força maior e condições alheias à autonomia da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1.** É permitido à CONTRATADA, com autorização obrigatória e expressa da CONTRATANTE, subcontratar parte do objeto.

- 4.2. É vedada a subcontratação total do objeto contratual.
- 4.3. A CONTRATADA deverá exigir da subcontratada a apresentação de documentos de habilitação requisitados na licitação, especialmente quanto à regularidade trabalhista, regularidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que deverão ser apresentados à CONTRATANTE, sempre que for solicitado, mesmo após findo o contrato.
- 4.4. A CONTRATADA deverá apresentar cópia de todas as notas fiscais relativas aos serviços subcontratados, de forma a possibilitar a identificação e fiscalização das despesas executadas.
- 4.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondente ao objeto da subcontratação.
- 4.6. Ao subcontratar quaisquer dos serviços constantes das planilhas, a CONTRATADA fica ciente de que a CONTRATANTE apenas está obrigada a pagar o que estiver descrito na Nota Fiscal emitida pela Subcontratada.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

- 5.1. Os prazos relativos à execução dos serviços são os seguintes:
- 5.1.1. **Prazo para apresentação de Nota Fiscal/Fatura e documentos necessários ao pagamento:** 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços;
- 5.1.2. **Prazo para apresentar comprovante da prestação de garantia:** 10 (dez) dias, contados da assinatura do contrato, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE;
- 5.1.3. **Prazo para ateste da Nota Fiscal pela Fiscalização:** 5 (cinco) dias úteis, após a data da apresentação da totalidade dos documentos de cobrança, incluindo a Nota Fiscal;
- 5.1.4. **Prazo de pagamento:** 10 (dez) dias úteis, após a data do devido ateste da Nota Fiscal pela fiscalização;
- 5.1.5. **Prazo para apresentação de orçamento:** 48 (quarenta e oito) horas a contar da apresentação da Ordem de Serviço (OS);
- 5.1.6. **Prazo para comunicação pela CONTRATANTE de cancelamento do evento:** Pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;
- 5.1.7. **Prazo para troca de material ou equipamento inadequado:** Imediato;
- 5.1.8. **Prazo para regularização de irregularidades:** 5 (cinco) dias contados da apresentação formal da advertência, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE;

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. Acompanhar e fiscalizar o contrato por fiscais nomeados por portaria da CONTRATADA, designados pela Área Técnica demandante, nos termos do Art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- 6.2. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer anormalidade verificada nos trabalhos por ela executados visando proceder às devidas correções, sem ônus para a CONTRATANTE;
- 6.3. Analisar o orçamento detalhado e o Plano de Execução proposto e solicitar ajustes, se necessários;
- 6.4. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes aos eventos, que venham a ser solicitados pelo preposto da CONTRATADA;
- 6.5. Permitir, durante a vigência do evento, o acesso dos representantes ou prepostos da CONTRATADA ao local de prestação dos serviços, desde que devidamente identificados;
- 6.6. Verificar a preparação dos ambientes e a disponibilização dos equipamentos antes do início dos eventos;
- 6.7. Promover o acompanhamento e a fiscalização da contratação, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;
- 6.8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com os serviços efetivamente executados e as condições de preço e prazo estabelecidas no Contrato;
- 6.9. Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento parcial ou total dos termos previstos no edital e contrato;
- 6.10. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços e materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- 6.11. Verificar se os preços cobrados estão de conformidade com os estabelecidos na licitação;
- 6.12. Acompanhar, durante a execução dos serviços, diretamente ou por quem vier a indicar, a fiel observância das disposições que venham a ser estabelecidas no Contrato, avaliando a atuação da CONTRATADA para cada Ordem de Serviço (OS) expedida.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Executar o objeto contratado, dentro dos padrões estabelecidos pela CONTRATANTE por intermédio de pessoas devidamente qualificadas.
- 7.2. Tomar todas as providências e obrigações estabelecidas em legislações específicas de acidentes de trabalho quando, em ocorrência de qualquer espécie, forem vítimas seus empregados, no desempenho de suas respectivas atribuições, ainda que a ocorrência tenha sido nas dependências da CONTRATANTE;
- 7.3. Realizar correções nos serviços, apontadas pela CONTRATANTE, inclusive providenciando a imediata troca de qualquer material ou equipamento julgado inadequado ou que não atenda às necessidades da CONTRATANTE durante a realização dos eventos;
- 7.4. Fornecer todos os itens solicitados que se fizerem necessários à execução dos serviços;
- 7.5. Manter durante toda a execução da contratação, compatibilidade com as obrigações de habilitação exigidas no edital;



- 7.6. Escolher o pessoal para execução dos serviços com idoneidade, inatacável formação moral e de capacidade funcional comprovada;
- 7.6.1. A equipe deverá apresentar-se no local de trabalho sempre limpa e devidamente uniformizada, portando crachá onde conste identificada a empresa contratada, a foto, o nome e número da carteira de identidade do funcionário, ou similar;
- 7.7. Substituir imediatamente o funcionário que faltar ou, por qualquer motivo, seja julgado inconveniente pela CONTRATANTE;
- 7.8. Responsabilizar-se por qualquer dano causado ao patrimônio da CONTRATANTE, à administração ou à terceiros em função de ação ou omissão de seus funcionários ou subcontratados quando na realização de serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em função da fiscalização e o acompanhamento por parte da CONTRATANTE;
- 7.9. Aceitar e acatar a fiscalização do CONTRATANTE nos serviços executados;
- 7.10. Executar os serviços contratados de acordo com as normas técnicas e demais exigências do edital e contrato;
- 7.11. Não transferir a outrem os serviços objeto deste contrato, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- 7.12. Fornecer número de telefone e de fax para contato, bem como endereço de correio eletrônico, exclusivo, a fim de atender às solicitações da CONTRATANTE;
- 7.13. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto do contrato;
- 7.14. Proceder a retirada de todas as licenças necessárias, junto aos órgãos responsáveis ou fiscalizadores, distritais, estaduais, municipais e federais, para a realização dos serviços mencionados;
- 7.15. Atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus à CONTRATANTE, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implicar corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes;
- 7.16. Entregar materiais e produtos nos endereços e locais indicados pela CONTRATANTE, dentro ou fora da Anvisa e do Distrito Federal, com a antecedência indicada pela fiscalização;
- 7.17. Apresentar cópia de todas as notas fiscais relativas aos serviços subcontratados, de forma a possibilitar a identificação da despesa executada;
- 7.18. Quando o evento envolver hospedagem, apresentar a relação emitida pela contratada do nome dos participantes hospedados em cada um dos hotéis, juntamente com as notas fiscais que comprovem a quantidade de apartamentos locados;
- 7.19. Indicar formalmente preposto, no local e data combinados.

CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO

- 8.1. O valor total para a contratação do serviço, para o período de **12 meses** é de **R\$ 1.509.063,80 (um milhão, quinhentos e nove mil, sessenta e três reais e oitenta centavos)**, compreendendo a soma dos **itens I e III** descritos no Edital.
- 8.2. Os preços contratados já levam em conta todas e quaisquer despesas incidentes na prestação do serviço contratado, tais como serviços de frete, impostos e taxas, todas e demais despesas que, direta ou indiretamente, tenham relação com o objeto contratado.



CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. A CONTRATADA deverá encaminhar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, a Nota Fiscal/Fatura em nome da Anvisa, descontadas de quaisquer eventuais glosas de valores, a fim de que sejam adotadas as medidas afetas ao pagamento. O valor faturado deverá estar de acordo com os Níveis de Serviço auferidos.

9.2. A nota fiscal/fatura original deverá ser remetida à fiscalização e, em caso de nota fiscal eletrônica, esta deverá ser encaminhada ao seu e-mail institucional, juntamente com o endereço do sítio onde poderá ser verificada a autenticidade da nota;

9.3. O atesto da nota fiscal/ fatura caberá ao fiscal do contrato ou outro servidor designado para esse fim.

9.4. Caso a nota fiscal/fatura apresente erros que inviabilizem o pagamento, o fiscal do contrato informará à respectiva CONTRATADA das incongruências encontradas e o prazo para pagamento será interrompido.

9.4.1. Caso ocorra interrupção, abrir-se-á nova contagem do prazo previsto no item 9.7;

9.5. Não serão aceitas notas fiscais que omitam as indicações necessárias à perfeita identificação da prestação do serviço ou do fornecimento do bem, que não contiverem o legalmente exigido para a respectiva operação, que contiverem declarações inexatas, que estiverem preenchidas de forma ilegível ou apresentarem emendas ou rasuras que lhe prejudiquem a clareza, ou ainda, que descumprirem outras disposições contidas na legislação tributária.

9.6. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas Notas Fiscais/Fatura, serão estes restituídos à adjudicatária, para as correções solicitadas, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

9.7. O pagamento dos valores devidos, será efetuado à CONTRATADA mediante ordem bancária creditada em conta corrente da empresa em até 15 (quinze) dias úteis, sendo 05 (cinco) dias para atesto da fiscalização e outros 10 (dez) para pagamento pelo setor financeiro, contados da data da protocolização da nota fiscal/fatura e do recebimento definitivo dos itens previstos na contratação em tela, dos respectivos documentos comprobatórios, desde que o valor cobrado seja aceito e atestado pelo fiscal designado.

9.8. Do pagamento a ser efetuado, poderão ser descontadas, compulsoriamente, as multas previstas, indenizações devidas e/ou as sanções pecuniárias aplicadas, quando for o caso.

9.9. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto houver pendências de liquidação ou quaisquer obrigações financeiras que lhe sejam impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

9.10. Nos termos do art. 36, § 6º, da IN nº 02, SLTI/MPOG, de 30 de abril de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA não produziu os resultados acordados, deixou de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida, ou deixou de utilizar os materiais e recursos humanos



exigidos para a execução do serviço ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.11. O pagamento da nota fiscal/fatura somente será efetuado após a verificação da regularidade da empresa contratada junto ao SICAF, à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e às Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal de seu domicílio ou sede, além do cumprimento das obrigações contratuais assumidas e da obrigação de manter, durante a contratação, todas as condições de habilitação exigidas no Edital.

9.11.1. Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

9.11.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização, da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.11.3. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE poderá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

9.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.13. Serão retidos na fonte sobre os pagamentos, conforme o caso, o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Contribuição par o PIS/PASEP, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e a Contribuição Previdenciária, na forma da legislação em vigor.

9.14. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei nº 9.317/96 e a sua sucessora, a Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.15. A CONTRATADA, caso amparada por isenção, não incidência ou alíquota zero deve informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizer, sujeitar-se à retenção tributária sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

9.16. A CONTRATADA, caso enquadrada como instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, deverá apresentar, a cada pagamento, a declaração constante do Anexo II da Instrução Normativa/RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, assinada pelo seu representante legal, para fins de não retenção na fonte de IRPJ, PIS/PASEP, COFINS e CSLL.

9.17. A CONTRATADA, caso enquadrada como instituição de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e as associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, deverá apresentar, a cada pagamento, a declaração constante do Anexo III da Instrução Normativa/RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, assinada pelo seu representante legal, para fins de não retenção na fonte de IRPJ, PIS/PASEP, COFINS e CSLL.

9.18. A CONTRATADA, caso optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) deverá apresentar, a cada pagamento, a declaração constante do Anexo IV da Instrução Normativa/RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, assinada pelo seu representante legal, para fins de não retenção na fonte de IRPJ, PIS/PASEP, COFINS e CSLL.

9.19. A CONTRATADA, caso amparada pela suspensão da exigibilidade do crédito tributário nas hipóteses que se referem os incisos II, IV e V do artigo 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional – CTN, ou por sentença judicial transitada em julgado, determinando a suspensão do pagamento do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) ou da Contribuição para o PIS/PASEP, deverá apresentar, a cada pagamento, a comprovação de que o direito a não retenção continua amparada por medida judicial.

9.20. As notas fiscais de bens/serviços devem ser emitidas de forma a evidenciar os diferentes tipos de bens/serviços e as respectivas alíquotas.

9.21. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, a ser incluído na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \qquad I = \frac{6/100}{365} \qquad I = 0,00016438$$

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A despesa com a execução do presente contrato correrá à conta do Orçamento da CONTRATANTE, para o exercício de 2016, sob a seguinte classificação: Programa de Trabalho: 10.304.2015.8719.0001, Natureza de Despesa: 339039, Fonte de Recursos: 6174362120, tendo sido emitida as **Notas de Empenho nº 2016NE801186**, de 21/07/2016 (item 01), no valor de **R\$ 5.233,89 (cinco mil, duzentos e trinta e três reais e oitenta e**



nove centavos) e 2016NE801188, de 21/07/2016 (item 03), no valor de R\$ 16.088,46 (dezesesseis mil, oitenta e oito reais e quarenta e seis centavos).

10.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento desta finalidade, a ser consignada à CONTRATANTE, pela Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACORDO DO NÍVEL DE SERVIÇO (ANS)

11.1. O Acordo de Nível de Serviço é o instrumento que contém os critérios para avaliar a qualidade do serviço prestado e o grau de atendimento às expectativas da CONTRATANTE perante os serviços contratados, e será formulado de acordo com os seguintes termos:

Item	Descrição
Indicador	Eventos – atendimento às demandas da Anvisa
Finalidade	Garantir atendimento célere, eficiente e eficaz às demandas da Anvisa.
Metas a cumprir	Montagem de eventos realizados pela Anvisa e/ou parcerias, dentro do prazo máximo de até 6 horas antes da realização do evento.
Instrumento de Medição	Relatório de fiscalização a ser emitido pela Área Técnica Responsável
Forma de Acompanhamento e Periodicidade	Relatório emitido pela fiscalização sobre a atuação da contratada nos eventos
Mecanismo de Cálculo	Início do evento menos (–) hora de término da montagem.
Início da Vigência	Data de assinatura da Ata
Faixa de Ajuste de Pagamento	Término da montagem até 6 horas antes do início do evento: 100% do valor da Ordem de Serviço (OS) Término da montagem até 5 horas antes do início do evento: 95% do valor da Ordem de Serviço (OS) Término da montagem até 3 ou 2 horas antes do início do evento: 90% do valor da Ordem de Serviço (OS) Término da montagem até 1 hora antes do início do evento: 85% do valor da Ordem de Serviço (OS) Término da montagem a menos de 1 hora (-1h) antes do início do evento: 85% do valor da Ordem de



	Serviço (OS) + sanções.
Sanções	<p>Se o término da montagem ocorrer a menos de 1 hora do início do evento - uma vez: advertência</p> <p>Se o término da montagem ocorrer a menos de 1 hora do início do evento - mais de uma vez: advertência mais 2,5% do valor da Ordem de Serviço (OS).</p>

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

12.1. O contrato terá vigência de 12 (vinte) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da CONTRATANTE, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 respeitando o limite de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DO NOME DA CONTRATANTE

13.1 A CONTRATADA não poderá, salvo em *curriculum vitae*, utilizar o nome do CONTRATANTE ou sua qualidade de CONTRATADA em quaisquer atividades de divulgação profissional como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos, etc., sob pena imediata rescisão do presente contrato.

13.2 A CONTRATADA não poderá, também, pronunciar-se em nome do CONTRATANTE à imprensa em geral, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades deste, bem como a sua atividade profissional, sob pena de imediata rescisão contratual e sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

CLÁUSULA QUATORZE – DO REAJUSTE

14.1 Para fins de reajuste contratual, após o período de 12 (doze) meses, será utilizado o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M – calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

14.2 O reajuste somente será efetuado mediante solicitação da contratada e após decorrido 1 (um) ano da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir ou, ainda, da data do último reajuste, sendo que o pedido deverá ser instruído com Planilha de Formação de Preços, em que fique demonstrada a composição do preço final.

14.3 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

14.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES

15.1 Conforme a gravidade das faltas cometidas pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá aplicar as sanções de advertência, suspensão ou declaração de inidoneidade juntamente com a de multa, facultada a defesa prévia na forma da lei.

15.2 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada a ampla defesa, a CONTRATADA sujeitar-se-á às penalidades descritas a seguir.

15.2.1. Advertência:

a) Será aplicada, em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta ao interesse do serviço contratado.

15.2.2. Multa:

a) Como forma a punir certas ocorrências pontuais da CONTRATADA, será aplicada as tabelas 1 (infração) e 2 (valor correspondente) a seguir, respeitando-se o limite para a aplicação de multas, independente da aplicação de outras penas.

b) A caracterização formal da “ocorrência” será notificada a CONTRATADA pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE, sendo que a concessão de prazo para regularização de eventuais infrações será proporcional ao tempo de duração de cada evento e/ou da atividade objeto da infração.

c) A cobrança da multa será efetivada por desconto no pagamento das faturas, execução da garantia, ou ainda, cobrada judicialmente quando for o caso;

d) No caso de cobrança de multa diretamente da CONTRATADA, esta deverá ser recolhida dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da correspondente notificação da CONTRATANTE;

e) A comunicação da infração e concessão do tempo para sua regularização será feita por e-mail informado pela CONTRATANTE, ou na forma escrita ao Coordenador presente no evento.

TABELA - 1 – INFRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	PONTOS
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	4
2	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto contratado; por ocorrência.	4
3	Não providenciar substituto para componente da equipe de serviços; por empregado e por ocorrência.	3
4	Executar serviço incompleto ou de caráter paliativo, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	3

5	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	2
6	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por ocorrência.	2
7	Fornecer informação pífida de serviço ou substituição de material; por ocorrência.	2
8	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual – EPI, quando necessários; por empregado, por ocorrência.	2
9	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	1
10	Permitir a presença de empregado desuniformizado ou mal apresentado ou não fornecer uniformes novos, pelo período determinado, por empregado e por ocorrência.	1
Para os itens a seguir, DEIXAR de:		
11	Cumprir a programação acordada em Ordem de Serviço (OS); por item, por ocorrência.	3
12	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	2
13	Disponibilizar equipamentos, ferramentas ou aparelhos necessários à realização dos serviços do escopo da contratação; por ocorrência.	1
14	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	1
15	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	1
16	Cumprir horário estabelecido ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	1
17	Entregar um item dentro do prazo	1
18	Entregar dois itens dentro do prazo (*)	2
19	Entregar três itens dentro do prazo (*)	3
20	Entregar quatro ou mais de quatro itens dentro do prazo (*)	4
21	Comunicar local da hospedagem/evento com antecedência de 7	2

	(sete) dias acarretará: advertência para comunicação entre cinco e seis dias e multa no valor de 5% do valor da proposta final de cada evento.	
--	--	--

(*) Dentro de um mesmo ou outro evento

TABELA 2 - VALOR CORRESPONDENTE

Grau	Correspondência
1	2,0 % do valor do total do evento
2	5,0 % do valor do total do evento
3	7,5 % do valor do total do evento
4	10,0 % do valor do total do evento

15.2.3. Suspensão temporária:

I. Na soma de 12 pontos ou mais cometida no prazo de 90 (noventa) dias pela CONTRATADA, conforme tabelas acima, a CONTRATANTE poderá aplicar as sanções de suspensão juntamente com a de multa do último acontecimento, dando ensejo à rescisão contratual, facultada a defesa prévia na forma da lei, e ainda:

- a) A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a ANVISA, pelo prazo de até 02 (dois) anos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos materiais à CONTRATANTE;
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo período de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 28 do Decreto 5.450/05;

II. As penalidades de suspensão temporária serão aplicadas pela autoridade competente da CONTRATANTE após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da CONTRATADA, e serão lançadas no SICAF.

15.3 A falta de equipamentos ou recursos materiais não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

16.1 O presente contrato poderá ser rescindido nos casos e conforme o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93, e quanto ocorrer:

16.1.1. A não apresentação da garantia prevista no prazo determinado pela Administração;



16.1.2. Cometimento reiterado de faltas penalizadas COM PONTUAÇÃO 4, conforme tabela de infrações, e que ultrapassem 50 pontos, acumulados durante o período de um ano;

16.1.3. Descumprimento da cláusula quarta, após oportunidade de defesa.

16.2 A rescisão poderá ser:

16.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, notificando-se a empresa CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

16.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE e cumprido o estabelecido no §1º do artigo 79 da Lei nº 8.666/93;

16.3.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

16.3 A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

16.4 Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16.5 A rescisão determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos Incisos I a XI do art. 78, da Lei nº 8.666/93, acarreta as consequências previstas no art. 87 do mesmo diploma legal, sem prejuízo das demais sanções previstas.

16.6 Conforme o disposto no Inciso IX, do art. 55, da Lei nº 8666/93, a CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, do referido Diploma Legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

17.1 Este contrato poderá ser alterado nos casos e condições previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com apresentação das devidas justificativa, sempre por meio de Termo Aditivo e, quando necessário, mediante prévio aceite da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1 A CONTRATADA ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela CONTRATANTE, que designará, de acordo com a Lei 8.666/93, um ou mais representantes, que terão autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução.

18.2 A fiscalização a cargo da Área Técnica responsável, será realizada por meio de servidor(es) devidamente designado(s), cujas atribuições básicas competem, entre outras obrigações:

18.2.1. Solicitar à CONTRATADA e seu(s) preposto(s), ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom

andamento dos serviços e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações e providências;

18.2.2. Acompanhar a execução dos serviços, atestar seu recebimento definitivo e indicar as ocorrências de indisponibilidade dos serviços contratados;

18.2.3. Solicitar à CONTRATADA corrigir, refazer ou reconstituir as partes do objeto contratual executadas com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

18.2.4. Encaminhar à unidade administrativa competente o documento que relacione as ocorrências que impliquem em penalidades a serem aplicadas à CONTRATADA;

18.2.5. Quaisquer outras atribuições necessárias ao bom desempenho dos serviços.

18.3 A existência da fiscalização da CONTRATANTE, de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da CONTRATADA, na prestação dos serviços a serem executados.

18.3.1. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.

18.4 A CONTRATANTE poderá exigir o afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que venha causar embaraço a fiscalização, ou que adotem procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas, devendo tal solicitação ser realizada de maneira formal e motivada.

18.5 Relatório sobre a atuação da CONTRATADA deverá ser apresentado pela fiscalização da contratação após cada evento. Neste deverá ser explicitado o grau de atendimento dos serviços executados e disponibilizados em relação ao solicitado, bem como, as falhas porventura detectadas.

18.6 O grau de atendimento é determinado segundo os conceitos de qualidade de atendimento definidos no Acordo de Nível de Serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA GARANTIA

19.1 Exige-se garantia de execução do contrato, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do total previsto, nos moldes do art. 56 da Lei no 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados ainda os seguintes requisitos

19.1.1. A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, Prorrogáveis por igual período, a critério do órgão CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária;

19.1.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber;

19.1.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens da alínea "b", observada a legislação que rege a matéria;

19.1.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE;

19.1.5. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

19.1.6. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

19.1.7. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada;

19.1.8. A garantia será considerada extinta:

a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

b) após o término da vigência do contrato, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro;

19.2 A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

20.1 Os casos omissos decorrentes da execução deste contrato serão resolvidos de comum acordo entre as partes, e, em último caso, remetido à autoridade superior da CONTRATANTE, para decidir, tudo em estrita observância à Lei nº 8666/93, na Lei nº 10.520/02, e, no que couber, supletivamente, aos princípios da teoria geral dos contratos e das disposições de direito privado.



CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

21.1 A publicação do presente contrato deverá ser providenciada em extrato, no diário oficial da união, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, na forma prevista no parágrafo único do art. 61 da lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO


22.1 As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

E, assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, depois de lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, cujo instrumento ficará arquivado na administração do CONTRATANTE, de acordo com o art. 60 da Lei nº 8.666/93.

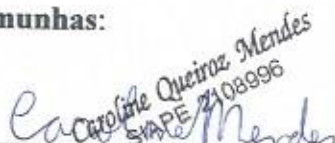
PELA CONTRATANTE

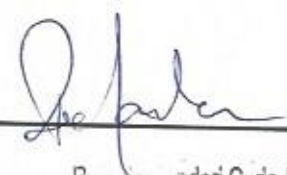
PELA CONTRATADA


ROMISON RODRIGUES MOTA
Gerente-Geral de Gestão Administrativa e Financeira


MARIA CÉLIA LIMA PAIVA FIGUEIREDO
Representante legal

Testemunhas:


NOME: Caroline Queiroz Mendes
CPF/MF: 2108996


NOME: R. C. de Araujo
CPF/MF: 1810266